



Câmara dos Deputados  
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

Excelentíssimo Senhor  
**RODRIGO MAIA**  
Presidente da Câmara dos Deputados

Requer informações para  
Excelentíssimo Senhor Ministro da  
Economia, Paulo Guedes, sobre o  
Pagamento do seguro defeso no  
estado do AMAZONAS.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requeiro que seja encaminhado ao Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes, para que solicite ao Presidente do INSS, o Senhor Renato Vieira, informações sobre o Pagamento do seguro defeso no estado do AMAZONAS.

### Justificativa

O Seguro-Defeso ou Pagamento do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal - SDPA, considera-se para efeitos sociais, a paralisação temporária da pesca para preservação da espécie, nos termos e prazos fixados pelos órgãos competentes, ajudando famílias que dependem exclusivamente da pesca artesanal para se manter.

Para receber o referido auxílio do governo, os pescadores precisam entregar o requerimento para as colônias, sindicatos e associações que repassam ao INSS.

Cabe ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS receber e processar os requerimentos e habilitar os beneficiários nos termos do regulamento. Esta medida aconteceu depois da publicação da Medida Provisória nº 665, onde houve alteração na Lei nº 10.779/2003, transferido ao INSS a competência para operacionalizar o benefício a partir de abril de 2015.



Câmara dos Deputados  
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

O Seguro-Defeso será devido ao pescador artesanal inscrito no Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP e com licença de pesca concedida que exerce a pesca em caráter exclusivo.

Diante da justificativa supracitada perguntamos ao Presidente do INSS, Senhor Renato Vieira:

- 1) Qual o número de Pescadores cadastrados no Estado do Amazonas?
- 2) Quantos estão recebendo o Seguro Defeso atualmente?
- 3) Houve interrupção de pagamento com a mudança de cadastro Manual para automático?

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 06 de fevereiro de 2019.

**CAPITÃO ALBERTO NETO**  
DEPUTADO FEDERAL  
PRB/AM